



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria Executiva

Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais

Ata da 4ª Reunião do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT de 2014

I. Apresentação

Este documento reúne as questões discutidas e decisões tomadas no âmbito da 4ª. Reunião Ordinária de 2014 do Comitê de Coordenação Executiva do FNDCT - CCE, realizada em 19 de novembro de 2014, com início às 17h30min e término às 19h, no 5º andar, na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

II. Participantes:

Álvaro Toubes Prata – Secretário Executivo do MCTI

Gláucius Oliva – Presidente do CNPq

Rodrigo Fonseca – FINEP

Carlos Afonso Nobre – SEPED – MCTI

Armando Milioni – SETEC – MCTI

Oswaldo Baptista Duarte Filho – SECIS - MCTI

Luana Roncaratti – SEPIN- MCTI

Mariano Laplane – Presidente do CGEE

José Raimundo Braga Coelho – Presidente da AEB

Marcos Toscano – Chefe da ASCOF

Elianne Prescott – Coordenadora da ASCOF - MCTI

Cláudio da Silva Valério – CNPq

Fábio Barreto – ASCOF – MCTI

Marisa Conceição – ASCOF – MCTI

III. Assuntos Tratados e Discussões

O Secretário Executivo do MCTI, Sr. Álvaro Toubes Prata, submeteu à aprovação a proposta de pauta da reunião que tratou dos seguintes assuntos: 1) Abertura – Aprovação da Ata da 3ª Reunião do CCE de 2014, realizada em 09/09/2014 e da Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CCE de 2014, realizada em 05/11/2014; 2) Homologação das Ações Autorizadas pelos Comitês Gestores em 2014 – a) CT-FVA: Projeto Piloto de Rede Sibratec Shop – R\$ 3,6 milhões, sendo R\$ 900 mil em 2014 – Agência: FINEP; 3) Demanda de Ações Transversais; 4) Outros assuntos: a) Definição da pauta da 11ª Reunião do Conselho Diretor do FNDCT (2ª de 2014), programada para 10 de dezembro de 2014.

Após a concordância de todos, deu prosseguimento à reunião colocando em votação a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CCE de 2014, realizada em 05/11/2014 e a votação da Ata da 3ª Reunião do CCE de 2014, realizada em 09/09/2014, ambas foram aprovadas por unanimidade.

Em seguida, discorre sobre a homologação das Ações Autorizadas pelos Comitês Gestores em 2014, onde destaca que uma ação foi aprovada pelo Comitê do Fundo Verde-Amarelo e que se refere a um projeto piloto para as redes Sibratec Shop totalizando R\$ 3,6 milhões, sendo R\$

900 mil em 2014, conforme Quadro 1. A proposta foi aprovada pelo comitê do FVA, com a criação de 9 Sibratec Shops, onde 5 estão ligadas ao SENAI e o restante serão oficinas abertas visando atender micro e pequenas empresas, inventores, etc. A ideia é de que o SEBRAI, SENAI e a Rede Sibratec, com a experiência do MCT possam criar estas oficinas e o MCT, através do FNDCT, entraria com recursos no valor de R\$ 3,6 milhões. Este montante alavancaria recursos do SENAI e do SEBRAI, onde o SEBRAI, por exemplo, entraria com R\$ 36 milhões. Destacou que para cada R\$ 1 milhão investido pelo MCT através do FNDCT, o SEBRAI e o SENAI injetariam outros R\$ 10 milhões. Ressaltou que esta foi a racionalidade e a motivação para a aprovação desta ação pelo FVA. Questionou se existem recursos disponíveis e falou acerca das dificuldades associadas ao tempo para a execução deste projeto, falando que a FINEP seria a responsável pela execução e implementação deste projeto até o final do ano. Informou também que há uma grande chance de que este projeto não saia, mas existe uma expectativa positiva de aprovação. Finalizou informando que esta seria a única ação vertical do FVA até então, colocando em discussão esta ação para homologação. A ação foi aprovada por unanimidade.

Quadro 1 – Projeto Piloto da Rede Sibratec Shop

em mil					
FONTE	2014	2015	2016	2017	TOTAL
FVA	900	900	900	900	3.600

Em seguida, apresentou o Quadro 2 com as demandas das ações transversais, apresentadas pelas secretarias: SECIS, SETEC e SEPIN:

Quadro 2 – Demanda de Ações Transversais: SECIS, SETEC e SEPIN

		2014	2015	2016	2017	Total
SECIS		29,50	17,00	0,00	0,00	46,50
1	Rede de Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos em Tecnologia Assistiva - SIBRATEC.	7,00	7,00	0,00		14,00
2	Ampliação das Instalações do CTI Renato Archer para Acomodação de Atividades de Inovação em Tecnologia Assistiva	4,00				4,00
3	Chamada Pública para inovações voltadas para pessoas com deficiência, idosos e com mobilidade reduzida	15,00	10,00			25,00
4	Rede Nacional de Laboratórios para Certificação em Tecnologia Assistiva".	3,50				3,50
SETEC		32,00	59,00	104,00	0,00	195,00
1	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para sustentar e dar respaldo científico e tecnológico ao processo de regulação da nanotecnologia em seus diversos aspectos".	4,00	4,00	4,00		12,00
2	Pesquisas desenvolvimento e inovação em nanotecnologias – Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia".	28,00	55,00	100,00		183,00
SEPIN		0,00	5,71	11,41	5,71	22,83
1	Chamadas Conjuntas Brasil - União Europeia na área de Tecnologias de Informação e Comunicação		5,71	11,41	5,71	22,83
Total demanda		61,50	81,71	115,41	5,71	264,32

Antes dos secretários iniciarem o detalhamento da tabela, o Sr. Prata traz uma reflexão inicial da SEEXEC acerca destes valores e reporta-se à tabela de orçamento, o PLOA indicado em 2014/2015.

O Sr. Oswaldo da SECIS informou uma correção no terceiro item da tabela da SECIS, assim sendo: R\$ 15 milhões em 2015 e R\$ 10 milhões em 2016, não alterando o valor total.

Prosseguindo acerca do assunto do PLOA, o Sr. Prata aborda o cenário do FNDCT em 2015, informando que o PLOA de 2014 foi de R\$ 3,4 bilhões, mas devido ao crédito de 200 milhões destinado ao Ciência Sem Fronteiras para fazer frente ao câmbio, o valor total foi de R\$ 3,6 bilhões. A LOA foi R\$ 3,6 bilhões, mas o limite de empenho foi de R\$ 1,2 bilhões a menos. O PLOA de 2015 é de R\$ 3,7 bilhões e para as ações transversais estão destinados R\$ 937 milhões, indicando que o limite de empenho irá penalizar as ações específicas dos Fundos Setoriais. No ano de 2014, o montante era de R\$ 1,75 bilhões e houve uma queda para menos da metade, totalizando R\$ 744 milhões. Fazendo um raciocínio acerca do assunto de maneira parecida para o ano de 2015, o valor será de R\$ 1,4 bilhões e caso haja a metade desse valor, o montante será de R\$ 700 milhões.

O Sr. Prata pontuou ainda que as ações transversais já comprometidas para o ano de 2015 totalizam R\$ 874 milhões e caso sejam mantidos os R\$ 937 milhões, o valor poderá ser suficiente, mas como já estão comprometidos R\$ 200 milhões para o PROINFRA, provavelmente não haverá recursos para honrar as ações que serão aprovadas para 2015. Lembrou que para o ano de 2014 não existe orçamento, limite de empenho e nem recursos disponíveis e informou também que não sabe como conduzir esta situação e qual o seu posicionamento acerca do assunto. Por se tratar de uma Reunião Colegiada sugere que as ações transversais não sejam aprovadas neste momento, tendo em vista que boa parte dos gestores não estará aqui em 2015. Sugeriu que não deveria ser aprovado o valor de R\$ 264 milhões para as ações transversais para o ano de 2015 e anos posteriores, sabendo do cenário de restrição que o FNDCT enfrenta. Reforçou a discussão acerca do assunto e informou que apesar de não estar na pauta da Reunião tem uma demanda do Ministro a ser apresentada. Trata-se do Reator Multipropósito Brasileiro - RMB, onde o valor a ser incluído na LOA é de R\$ 75 milhões.

Discorrendo acerca da importância do Programa Viver sem Limites, da Presidência da República, o Sr. Barba pontua que de três editais que disponibilizaram R\$ 60 milhões só foi possível contratar R\$ 23 milhões devido à problemas com qualificação das propostas. Destaca o valor orçamentário de R\$ 25 milhões, dentro do FNDCT, para esta ação no ano de 2015, onde parte deste montante: R\$ 10 milhões serão utilizados para o pagamento de editais anteriores da FINEP, e R\$ 3,5 milhões seriam disponibilizados para equipar laboratórios e certificar os equipamentos de tecnologia assistiva, que atualmente não tem certificação. Cita o exemplo das cadeiras de rodas fabricadas no Brasil, que atualmente são reprovadas pelo INMETRO e destaca a importância de equipar os laboratórios para que esta certificação ocorra. Com relação à outra proposta, o valor de R\$ 7 milhões, seria destinado às empresas de pequeno e médio porte que são as principais responsáveis pelo serviço tecnológico de extensão que carecem de tecnologia para melhorar a qualidade destes produtos. Outros R\$ 4 milhões seriam destinados para a construção do CNRTA - Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva, que atualmente não dispõe de espaço físico. O valor de R\$ 25 milhões seria para o ano que vem e está dentro da programação Viver sem Limites. Há um destaque para o lançamento deste programa, devido à obrigatoriedade de lançamento, e finaliza, informando que das quatro metas do Programa Viver sem Limites, três já foram cumpridas.

O Sr. Milioni questiona sobre o recorte de certas verbas que são carimbadas, onde o uso é obrigatório, caso sejam carimbadas ele questiona se pode ou não votar, ou há um descumprimento da lei? Respondendo ao questionamento, o Sr. Barba pontuou que a

destinação das verbas já vem com indicação de governo e onde gostaria que estas verbas fossem aplicadas, como são acompanhadas, existem cobranças.

O Sr. Nobre salientou que desde 2011 existe um grande constrangimento por parte dos gestores, onde existem muitos compromissos à pagar e que se referem à decisões tomadas anteriormente. Outro ponto abordado por ele é: quem pode decidir que não haverá mais recursos centrais e relata também que é constrangedor ser presidente de Comitê Gestor e questiona porque os recursos aparecem em Ações Transversais? Nos slides de PNPC havia indicação de que não haveria mais fundos setoriais, questiona se isso é ruim, então sugeriu que houvesse alterações na lei. Por fim, destaca que ninguém do CT-SAÚDE apareceu para a Reunião e informou ser contra a aprovação de ações transversais, caso haja a aprovação de algum projeto, quer ver aprovado o de R\$ 7 milhões.

A Sra. Luana informou que compreende a posição inicial do Sr. Prata e do Sr. Nobre e relata que a situação é preocupante neste momento onde não se sabe como será o próximo ano. Em seguida, abordou a posição da SEPIN com vistas a justificar a demanda solicitada pelo secretário Virgílio. Complementou que é a terceira chamada conjunta com a União Europeia via CNPq e ressaltou que os prazos da União Europeia são diferentes dos nossos e que o compromisso já existe desde 2010, onde a chamada no lado Europeu já está aberta desde outubro. Em chamadas anteriores, salientou que os recursos foram oriundos do CT-INFO, e este ano os fundos disponíveis estão sem condições de atender a primeira chamada de 2015, no valor total de R\$ 7 milhões de Euros. Para 2015 estima-se o valor de R\$ 5 milhões de reais. Demonstrando preocupação, cita a reunião ocorrida entre o Secretário Virgílio e o Ministro, onde houve uma sinalização de que poderia se obter esses recursos das ações transversais, visto que houve um compromisso por parte do Ministro com a União Europeia acerca dessas questões. Até o início do ano, a chamada deve estar aberta do lado brasileiro e tudo deve acontecer paralelamente, afirmou.

Prosseguindo acerca do assunto, relembrou que a Lei da informática gerenciada pela SEPIN gerou uma arrecadação para o FNDCT de cerca de R\$ 150 milhões no último ano e a disponibilidade do CT-INFO para o próximo ano seria de R\$ 2 milhões, sem contar os compromissos já firmados para o fundo. Finalizou informando que o tema é delicado e pode ser uma situação constrangedora tanto para o MCTI quanto para o Brasil.

Dando continuidade à Reunião, o Sr. Milioni compreende e concorda com as preocupações apontadas tanto pelo Sr. Nobre quanto pela Sra. Luana, apesar de ainda não ter uma opinião.

O Sr. Nobre destacou que precisa analisar caso a caso e não se sente desconfortável caso a comissão selecione alguns projetos para aprovação, principalmente os de baixo valor.

O Sr. Glaucius relembrou que existem várias ações demandadas para o ano de 2014 e que estão sem condições de serem executadas, visto que não há limite de empenho e não existe tempo para tramitar nenhuma ação, até mesmo uma encomenda, porque o prazo para limite de empenho encerra-se dia 05/12. Reforçou que neste momento, lançar alguma coisa para 2014 seria inviável, e diz que a decisão pode até ser tomada, mas ela não vai acontecer, e não acontecendo, a ação não é lançada. Com relação ao ano de 2015, não é necessário tomar nenhuma decisão na data de hoje, a sugestão é marcar uma nova reunião para janeiro/2015 visando decidir a utilização do orçamento para o ano de 2015. Encerra falando que tomar decisões para criar compromissos posteriores poderá gerar futuramente grandes problemas.

A Sra. Luana relembrou que a proposta da SEPIN inicia-se em 2015, mas existe uma dificuldade em adiar a decisão para janeiro, visto que o prazo ficará muito restrito para caminhar paralelamente com a chamada já aberta pela União Europeia. Volta a discorrer acerca da ida do Sr. Virgílio à Bruxelas na semana passada reafirmando o compromisso em manter tanto os recursos quanto as atas.

Apesar de entender o mérito, o Sr. Rodrigo Fonseca, analisa que do ponto de vista orçamentário e de gestão não concorda em aprovar nada neste momento que possa gerar

impactos futuros, tendo em vista que não haverá recursos disponíveis para arcar com os compromissos já existentes.

O Sr. Marcos Toscano discorre sobre a inexistência de regras claras para a tomada de decisões no FNDCT. As decisões são tomadas sem lastro orçamentário e com isso perde-se credibilidade. O limite de 50% da aplicação para as ações verticais não foi respeitado, como manda a lei do FNDCT, durante a discussão da PLOA. Compreende as preocupações e anseios das áreas técnicas, mas a realidade é que não há possibilidade prática e orçamentária de aprovar nada. Destaca que o corte de empenho de 2015 provavelmente será maior que o de 2014. Caso alguma ação seja aprovada, provavelmente terá que ser cancelada em 2015, destacou.

O Sr. Barba questiona onde está o dinheiro do FNDCT e sugere uma discussão mais ampla acerca do assunto, tendo em vista o quadro atual. Ou toma-se uma decisão, ou a ciência e tecnologia no Brasil estará comprometida, ressaltou.

Apesar de concordar, o Sr. José Raimundo reforçou que a situação é constrangedora, mas é a favor da aprovação da ação de R\$ 5 milhões para a ação da SEPIN em conjunto com a União Europeia, devido ao comprometimento do Ministro.

O Sr. Laplane salientou que apesar de toda a motivação exposta não há cenário favorável para a aprovação de nenhuma ação.

Prosseguindo, o Sr. Prata sugere uma posição de meio termo em relação a tudo aquilo que foi exposto, convergindo que não serão comprometidos R\$ 264 milhões, pois isto seria uma irresponsabilidade, mas sugere a soma das ações de nº 1 da SEPIN (R\$ 22,8 milhões); nº 1 da SETEC (R\$ 12 milhões) e Nº 1 e Nº 4 da SECIS (R\$ 17,5 milhões), totalizando R\$ 52 milhões, onde o impacto disso em 2015 seria de R\$ 31 milhões. Ponderou que não seria uma irresponsabilidade a aprovação e o mérito dessas ações poderia ser justificado no contexto daquilo que foi dito e aprovar para 2015, a depender de limites e prioridades que ocorrerão com a nova gestão. Seria aprovado até 2017 um total de R\$ 52 milhões, mas comprometendo em 2015 R\$ 17,5 milhões da SECIS, R\$ 8 milhões da SETEC e R\$ 5,71 milhões da SEPIN. Sugeriu que esta seria uma alternativa para a aprovação do Comitê e faz abertura para discussão.

O Sr. Milioni é favorável à rejeição coletiva de tudo.

O Sr. Nobre também concorda em rejeição.

O Sr. José Raimundo concorda com a rejeição coletiva.

Já a Sr. Luana discorda, solicitando a reconsideração e a aprovação da ação específica da SEPIN.

O Senhor Prata ressalta que neste momento as propostas não serão aprovadas devido às razões justificáveis apresentadas e lembrou a solicitação feita pelo Ministro acerca dos R\$ 75 milhões para o Reator Multipropósito Brasileiro - RMB.

O Senhor Nobre discorda neste momento e destacou que seria um contrassenso aprovar a ação do RMB.

O Sr. Rodrigo Fonseca falou sobre a proposta de alteração da Instrução Normativa Nº 01 do FNDCT.

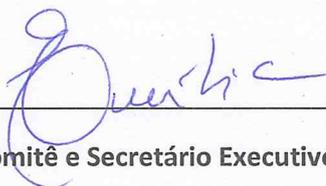
Por fim, o Sr. Prata agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

IV. Deliberações:

1. O Comitê aprovou a Ata da 3ª Reunião de 2014, realizada em 09 de setembro de 2014.
2. O Comitê aprovou a Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2014, realizada em 05 de novembro de 2014.

3. O Comitê homologou a Ação Vertical “Projeto Piloto da Rede SibratecShop” aprovada pelo CT-FVA durante a 35ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2014.
4. As propostas de ações transversais apresentadas na reunião não foram aprovadas e serão discutidas no início de 2015.

Brasília, 19 de novembro de 2014



Presidente do Comitê e Secretário Executivo do MCTI